

APRESENTAÇÃO
**SIMONE WEIL E O
PENSAMENTO ANTICOLONIAL**

Valérie Gérard

*Com tudo isso, não podemos
mais dizer nem pensar que
recebemos do Céu a missão
de ensinar o Universo a viver.*

Simone Weil foi tão sensível ao horror da colonização que, depois de se decepcionar com todos os movimentos sindicais e políticos com os quais havia se envolvido, quando decidiu “se retirar totalmente de qualquer tipo de política”, ela indicou que passaria apenas a se preocupar com a luta contra a guerra e a luta anticolonial.¹ A colonização não era uma questão puramente política: era a possibilidade de uma vida espiritual, intelectual e moral que estava em jogo.

Ela foi tão sensível ao horror da colonização que fez dela um paradigma para pensar a política em seu todo, e para delimitar sua crítica à civilização. Seu livro póstumo, *O enraizamento*, tenta propor respostas para o problema – ou melhor, para o desastre – do desenraizamento provocado pelas práticas coloniais das nações europeias tanto

1. Ver Simone Pétrement, *La vie de Simone Weil*, Paris: Fayard, 1973, p. 291.

nos territórios conquistados quanto no próprio território. A colonização era externa e interna – interna também aos espíritos alienados, isolados dos meios e das áreas das quais eles poderiam extrair uma vida própria. “Certa intensidade de vida moral que está sempre ligada à liberdade” é perdida na colonização, talvez de forma irremediável.

Duas séries de textos são testemunhas dessa sensibilidade.

A primeira, denuncia o destino injusto e cruel que a França, e especialmente a França da Frente Popular, reservou à população colonial sobre seu território. Weil demonstra ali uma esperança de ver os colonizados se revoltarem: “Desejo com todas as forças o dia [...] em que as populações oriundas das colônias francesas terão, enfim, o equivalente do que foram, para os operários franceses, as jornadas de junho de 1936”.²

A segunda série de textos surgiu de uma análise das civilizações inscrita na conjuntura da guerra que viria a acontecer (“As novas questões do problema colonial no Império Francês”, de dezembro de 1938) ou que estava acontecendo (“Sobre a questão colonial e sua relação com o destino do povo francês”, de 1943). A perspectiva mudou completamente. A situação tornava a resistência

à Alemanha nazista uma necessidade primordial, e Simone Weil se dirigia ao governo, ou à França livre. Era preciso saber o que podia tornar a França capaz de resistir à conquista nazista e, sobretudo, o que podia inspirar essa resistência e dar sentido a ela. Essa questão não podia ser separada da colonização, sobretudo porque o paradigma colonial permitia compreender os movimentos daquela guerra: “O hitlerismo é a aplicação dos métodos de conquista e dominação coloniais pela Alemanha ao continente europeu e, de maneira mais genérica, aos países de raça branca.”

Voltados para a resistência contra a Alemanha, os últimos textos têm um quê de menos radicais que os primeiros. Podemos ver que o terreno das civilizações, e de sua comparação, é às vezes perigoso. No entanto, é preciso levar em conta a época, o contexto; é preciso entender no que implicam, aos olhos de Simone Weil, as comparações entre civilizações (ela não acha que a história tenha seguido o caminho do progresso); é preciso voltar à constatação que, mesmo nesses textos, continua implacável: “Não seria difícil encontrar uma colônia pertencente a um Estado democrático em que a coerção seja, em muitos casos, pior que no pior Estado totalitário da Europa.”

2. N. do E.: Entre maio e junho de 1936, a Frente Popular (Front Populaire), coalisão de partidos de esquerda, organiza uma série de manifestações que resultou, em junho, em um grande movimento de greve que tomou toda a França, com paralizações e ocupações, envolvendo cerca de 2 milhões de grevistas.

UM “EU ACUSO” ANTICOLONIAL

Eu acuso o Estado francês e os sucessivos governos que o representaram até hoje, inclusive os dois governos da Frente Popular [...], eu acuso uma grande parte dos colonos e funcionários públicos franceses [...]. Todos os que já trataram um árabe com desprezo; que levam o sangue árabe a ser derramado pela polícia; que dirigiram ou dirigem a expropriação progressiva dos agricultores indígenas, aqueles, colonos ou industriais, que tratam seus operários como animais de carga, aqueles, funcionários públicos, que exigem que paguemos a eles, pelo mesmo trabalho, um terço a mais do que é pago a seus colegas árabes; estes são os que semeiam em território africano o ódio à França.

A linguagem dos nativos mais revoltados é uma prova menos avassaladora para a colonização do que a de muitos colonos.

Simone Weil contou muitas vezes que ela tomou consciência do que era a colonização em 1930 lendo uma série de artigos sobre a repressão brutal de uma revolta na Indochina pelas autoridades francesas. A partir daquele momento, ela teve “vergonha de seu país”. “Desde aquele dia, não consigo encontrar um indochinês, um argelino, um marroquino, sem ter vontade de pedir perdão.”

Mas a dor adquiriu outra dimensão, tornou-se uma dor da contradição, quando as perseguições infligidas às populações colonizadas, ou aos trabalhadores vindos das

colônias, vieram de seu próprio lado; quando ela percebeu que seus camaradas também eram indiferentes a essas práticas. Ela passou a ter vergonha “dos democratas, socialistas e da classe operária francesa”, das organizações antifascistas. Vergonha de “nós”, “e, quando digo ‘nós’, estou falando de todos que participam de uma organização da Frente Popular”: “Nós também, franceses ‘de esquerda’, continuamos a deixar que pese sobre os nativos das colônias a mesma coerção impiedosa. [...] Se cada um de nós se olhar no espelho, veremos um dos responsáveis.”

Mais uma vez, em seu percurso político e militante, ela constatava que a contradição entre os ideais emancipatórios e as práticas de dominação, de discriminação, de violência, tirava o sentido dos movimentos, lutas e organizações. Essa constatação a afastava mais uma vez de seus companheiros de luta e da política.

Simone Weil era sensível ao fato de que a colonização se repetia na França metropolitana, e sobretudo nas fábricas, em que operários argelinos eram destituídos de todos os direitos e podiam ser mandados para casa de maneira arbitrária, em meio à indiferença dos operários brancos. Mas o que a fez intervir publicamente sobre a questão foi a repressão praticada pela Frente Popular contra a Étoile Nord-Africaine, uma associação de operários argelinos, inicialmente comunista, que exigia, desde 1927, a abolição do “código do indigenato, um conjunto de regras ao lado dos quais os regimes totalitários pareciam, por

comparação, quase liberais", e a independência da Argélia. A Étoile tinha apoiado as reivindicações dos operários em greve e feito seus membros participarem da ocupação das fábricas em 1936. Em 1937, a Frente Popular dissolveu a aliança anterior e mandou prender os dirigentes da associação pela "reconstituição da liga dissoluta", apesar de a Étoile não ter, como salienta Simone Weil, o caráter paramilitar das ligas que justificaria a repressão: "Foi, na verdade, uma proibição pura e simples de se organizar, sob pena de prisão, que foi aplicada contra eles sem nenhuma explicação."

Simone Weil constatou, então, a clemência em relação à extrema-direita³ por parte de uma "esquerda" que ela prefere pôr entre aspas, que ela opõe à repressão impiedosa que essa "esquerda" faz contra o movimento anticolonial, para o qual medidas supostamente antifascistas eram aceitas. A acusação dessa "esquerda" é concluída com um histórico (já existente) das práticas coloniais dos partidos de esquerda e, especialmente, do partido socialista. "Eu não terminarei dizendo que é escandaloso ver tal política sendo liderada por um governo da Frente Popular. Não. Por que fingir acreditar em uma ficção que sabemos ser apenas isso?"

O que era insuportável para Simone Weil, eram pessoas "de esquerda" que não estivessem "mais preocupadas

3. "É verdade que, se pensarmos bem, há algo parecido com uma ação judicial contra as ligas fascistas, mas ela se parece mais com uma inação judicial."

com a escravidão colonial do que com o tratamento dos funcionários públicos"; era que as pessoas que haviam participado das greves, ocupado as fábricas e justificado o uso da força contra a opressão – logo, que entendiam que não eram os "agitadores" e os "baderneiros" que era preciso acusar de provocar confusões, mas os que oprimiam –, quando era "o norte da África que estava em pauta", "nem esses mesmos homens entendiam mais". Era essa seleção feita entre os oprimidos, entre os mortos (a indiferença em relação à morte de trabalhadores exauridos nas minas das colônias, por exemplo),⁴ que esvaziava de sentido um movimento incapaz de encarar as próprias práticas de dominação e segregação e cuja ambição emancipatória era apenas uma mentira orgulhosa, cega e cínica, senão o motivo de uma pretensão à hegemonia cheia de bons propósitos: "Quando ouvimos a maior parte dos nossos camaradas, parece mesmo que a Frente Popular tem um direito absoluto, um direito divino ao apoio, à fidelidade dos oprimidos, inclusive daqueles que têm os pés esfolados por ela."

A Frente Popular retomava, assim, as contradições da colonização francesa que, ao contrário da colonização inglesa – que não demonstrava ter outro objetivo a não ser o comercial –, pretendia civilizar, levar a outros povos os princípios de 1789, sempre pisoteando-os através de seus modos de fazer (de duas uma, escreveu Simone Weil: ao serem preconizados pelos conquistadores

4. "[...] mortes iguais não contam. Não são mortes de verdade."

inimigos, esses princípios pareciam estranhos e eram rejeitados, ou eles pareciam desejáveis, mas a revolta era ainda maior pelo fato de as pessoas que os afirmavam lhes privarem deles). Trata-se de uma contradição entre “um país que afirma ser o ideal de liberdade e humanidade” e a indiferença ou o apoio às “injustiças assustadoras impostas às colônias”.

A posição de Simone Weil é clara e não há recurso para uma de suas conclusões: “Quando penso em uma possível guerra, confesso que uma ideia um tanto reconfortante se mistura ao medo e ao horror que tal perspectiva me causa: a de que uma guerra europeia poderia servir de sinal para uma grande revanche dos povos coloniais que venha a punir nossa negligência, nossa indiferença e nossa crueldade.”

Isso deveria bastar para indicar a que ponto Simone Weil não tinha nada que estar na bibliografia fornecida pelo Ministério da Identidade Nacional, em 2009, para orientar o sinistro debate de mesmo nome. Deve ter escapado aos promotores do debate a que ponto *O enraizamento* foi um dos primeiros livros em que a colonização em geral e o imperialismo francês, em particular, foram denunciados de maneira mais violenta, assim como o orgulho nacional, o espírito de conquista e o confinamento em uma cultura.

“É PRECISO IMPEDIR O DESENRAIZAMENTO” — O PARADIGMA COLONIAL

É preciso impedir o desenraizamento terrível que ainda é produzido pelos métodos coloniais dos europeus.
O enraizamento

Nos últimos dois textos, Simone Weil abandonou o registro de única acusação e adquiriu um registro mais tático e, com isso, *aparentemente*, mais “reformista”, em um momento em que a guerra exigia novas confrontações com as contradições inevitáveis da política. Ela é mais moderada de um ponto de vista político, mas, sem dúvida, mais revolucionária de um ponto de vista existencial e civilizacional.

No fim de 1938, em “As novas questões do problema colonial no Império Francês”, ela não se dirigia mais ao espírito de justiça das pessoas, mas ao interesse daqueles que queriam que a França pudesse ter forças para resistir à Alemanha. Ela dominava Tucídides⁵ e sabia que as considerações de direito não tinham peso para os dominantes a menos que a elas se somassem considerações de força, que “a opinião de um país, sem nenhuma distinção

5. Ver Simone Weil, “Luttons-nous pour la justice?” (1943), in *Oeuvres complètes*, t. v, vol. 2: *Écrits de Londres et de New York*, Robert Chenavier, Patrice Rolland et Marie-Noëlle Chenavier-Jullien (dir.), Paris: Gallimard, 2013.

de classe social, é muito mais sensível ao que ameaça sua segurança do que ao que ofende a justiça". Conceder o *status* de cidadão aos nativos das colônias seria bom de um ponto de vista humano, que era o dela, afirmava Simone, e ela via nisso um marco "em direção a uma emancipação completa", mas ela se dirigia àqueles que estavam dispostos a ouvir os que tinham o poder e mostrava como tal medida era "do interesse da França", necessária para obter aliados para a guerra.

No entanto, ela tinha consciência de que "talvez seja [fosse] um pouco tarde". A França tinha se mostrado injusta demais, desdenhosa demais em relação às colônias. Mas ela tentou. Procurou as formas de conciliação que poderiam, ou que teriam podido, existir. Palavras nos atingem. "Assimilação", por exemplo. Mas basta ver o que Simone Weil escreveu sobre a circulação das culturas, do que traz, para a intensidade da vida moral, a coexistência das "formas de vida", para entender que ela não falava de conversão a modos de vida hegemônicos. A homogeneização era sempre resultado de um imperialismo desenraizante.

A colonização não é uma coexistência. É o contrário de um encontro entre culturas. É uma separação: "A colonização, longe de ser uma ocasião de contato com civilizações orientais, impede esses contatos. [...] O ambiente humano é constituído pelos brancos. Os nativos fazem parte do cenário." Era uma guerra: "Se a população da colônia tem a sensação de que o vencedor pretende prolongar indefinidamente a relação de conquistador e conquistado, é estabelecida uma paz que difere da guerra apenas pelo

fato de um dos lados não ter acesso a armas. É para essa situação que toda colonização tende, automaticamente, por um tipo de inércia." Era a pior das conquistas: se "há desenraizamento [...] sempre que ocorre uma conquista militar",⁶ Simone Weil hierarquizava: havia conquistas que resultavam em uma mestiçagem, outras em que os conquistadores continuavam sendo estrangeiros no território em que se comportavam como proprietários, algumas que eram acompanhadas de deportações massivas (e ela mencionava a Alemanha) e, por fim, as que liquidavam brutalmente com todas as tradições locais (e ela mencionava o que a França tinha feito na Oceania). Durante as conquistas coloniais, escreveu ela, as populações conquistadas eram tratadas como inimigas, como escravas, como coisas que não existiam, eram deportadas e exterminadas de maneira maciça e sua submissão não as protegia da humilhação, da tortura nem do extermínio. Elas não perdiam apenas a autonomia e o domínio sobre um território, eram submetidas a "uma decomposição moral que não apenas destruía antecipadamente qualquer esperança de resistência efetiva, mas rompia brutal e definitivamente a continuidade da vida espiritual, substituindo-a por uma imitação ruim de vencedores medíocres".⁷

6. Simone Weil, *L'Enracinement* (1949), Paris: Gallimard, col. Folio, 1990, p. 62-63.

7. Simone Weil, "Réflexions sur la barbarie" (1939), in *Oeuvres complètes*, t. II, vol. 3: *Écrits historiques et politiques*, Florence de Lussy, André Devaux et Robert Chenavier (dir.), Paris: Gallimard, 1989, p. 224.

★ Mas toda nação é produto de uma conquista. Ela existe quando passa a substituir múltiplas coletividades geográficas, já destruídas. É a partir disso que é preciso entender o ceticismo de Weil em relação à aspiração à independência nacional das colônias. É também preciso entender essa dúvida a partir da crítica que ela fez a uma resistência da França à Alemanha, que seria motivada apenas pelo nacionalismo. “Existem apenas nações demais no mundo.” E toda nação é colonial. Em relação à colonização, a independência nacional seria um bem, mas a lógica nacional podia voltar a tomar o poder e produzir uma submissão total ao Estado.

★ Simone Weil pesquisou, então, o que poderia tornar a França capaz de resistir à Alemanha e o que podia dar sentido a essa resistência. O problema era “a inspiração do povo francês na França, em sua resistência atual e em sua construção futura”, problema inseparável da questão da colonização, salientou ela.

Em 1943, Simone Weil interpretava o movimento de expansão alemão como uma iniciativa colonial: “O mal que a Alemanha teria feito à Europa se a Inglaterra não tivesse impedido a vitória alemã é o mal que a colonização causou, o desenraizamento.” A partir disso, vencer a Alemanha e continuar propagando o desenraizamento (como faria o imperialismo americano e como vinha fazendo, havia séculos, a França, pensava ela) não fazia sentido. Se os franceses lutavam contra a Alemanha nazista

motivados por considerações de prestígio nacional, então a luta surgia apenas da concorrência entre aspirações análogas à dominação colonial.

Para Simone Weil, o inimigo não era uma nação estrangeira, não era um tirano: era um espírito, eram métodos, que era preciso combater tanto em si quanto naquele que era combatido.

Do mesmo modo que “um mesmo espírito se exprime nas relações de um povo com aqueles que o dominaram pela força, nas relações de um povo com ele mesmo e nas relações daqueles que dependem dele”, a luta só pode fazer sentido se for motivada por “um horror não pela pessoa nem pela nacionalidade, mas pelo espírito, pelos métodos, pelas ambições do inimigo” – se ele for verdadeiramente descolonizador.

Para inspirar um espírito de resistência que não tirasse sua energia do que pretendia combater – o nacionalismo, o espírito de dominação –, Simone Weil acreditava ser necessário começar um processo de descolonização: “Assim poderíamos convencer não só os outros, mas a nós mesmos de que fomos realmente inspirados por um ideal.”

Era então o paradigma colonial que permitia pensar que o desafio da guerra não era estritamente militar, mas espiritual, e permitia conceber uma maneira apropriada de resistir ao nazismo, a partir de um espírito que seria mesmo de resistência a qualquer dominação, e não de concorrência pela dominação.

“É preciso impedir o desenraizamento”, sob todas as formas, de onde quer que ele venha. Isso supunha

reformas internas. Por um lado, uma transformação da relação de cada um consigo mesmo e com o mundo: "Caso a liberdade tenha que perecer lentamente nas almas antes mesmo de ser politicamente enfraquecida, a defesa nacional perderá qualquer objetivo real, pois não é a defesa de uma palavra nem de uma mancha em um mapa que pode valer sacrifícios, mas certo espírito ligado a um ambiente humano determinado."

Por outro lado, era necessária uma transformação das estruturas sociais e das instituições francesas. Weil pensava, sobretudo, no sistema social de produção,⁸ nas instituições, na relação com o dinheiro e nas estruturas nacionais.

Dar um sentido à defesa da França contra a Alemanha implicava também em achar algo de importante que a França tornava possível. Para Simone Weil, era o acesso ao espírito grego, ao espírito cártaro, ao espírito de 1789. O que a autorizava a apoiar, mesmo contra os fatos que: "Não podemos dizer que a colonização faça parte da tradição francesa." Era um argumento *ad hominem* para os que queriam lutar pela França. Pensando de maneira mais profunda, era a circunscrição, em tudo que significava a "França", do que ainda podia ser preservado contra o desenraizamento.

8. "Nos últimos anos, sentimos que, na verdade, os operários de uma fábrica são de certa forma desenraizados, exilados nas terras de seu país". (Simone Weil, "Expérience de la vie d'usine", in *La condition ouvrière* [1951], Paris, Gallimard, col. Folio, 2002).

Para entender como Weil podia conciliar seu antinacionalismo, sua crítica a todos os males cometidos pelo Estado francês com sua busca pelo que ainda podia ser salvo da França, é preciso entender a ameaça que a invasão nazista representava: "Ao privar os povos de suas tradições, de seu passado e, assim, de sua alma, a colonização os reduz ao estado de matéria humana." Os países conquistados eram privados de seu passado e "a perda do passado é a queda na servidão colonial".

Simone Weil, que sempre criticou, em uma tradição anarquista, as coletividades como fontes de opressão e guerras, reconheceu que elas também eram condições para a transmissão de ideias. Ela mencionava com frequência a catástrofe espiritual que foi a destruição da Occitânia no século XIII, prova de que a força podia destruir as ideias. No entanto, algo daquele passado havia sido transmitido. Era essa possibilidade de transmissão que estava ameaçada e que era preciso salvar. "O espírito da civilização da Occitânia do século XII, como podemos entendê-lo, atende às aspirações que não desapareceram e que não devemos deixar desaparecer."⁹

Era por isso que Simone Weil afirmava que o enraizamento era "talvez a principal necessidade da alma

9. Simone Weil, "L'agonie d'une civilisation vue à travers un poème épique" (1943), in *L'Iliade ou le poème de la force, et autres essais sur la guerre*, Paris: Rivages, col. Petite Bibliothèque, 2014, p. 138.

humana e a coisa mais ignorada por nós".¹⁰ Não havia nenhuma naturalização de uma relação com a terra nesse sentido. Weil falava da necessidade de participar real e ativamente da existência de coletividades que mantivessem vivas as tradições antigas e se abrissem para o futuro porque o homem receberia "a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual através dos ambientes dos quais ele faz naturalmente parte".¹¹ O fato accidental do pertencimento geográfico e social condiciona o acesso às ideias. Por isso, quando essas condições são ameaçadas, torna-se necessário defender um país opressor e injusto no resto do tempo. A contradição de Simone Weil é a mesma da condição humana: um enraizamento em uma coletividade contingente e imperfeita é a condição para uma vida moral, intelectual e espiritual.

É preciso acrescentar que o enraizamento supunha, aos olhos de Weil, raízes e circulações múltiplas entre os ambientes (nada a ver com um confinamento em um meio fechado e autárquico). Era por isso que ela se apegava à coexistência das diferenças e sonhava com a mistura e a mestiçagem, ao que diversas "formas de vida" podiam trazer umas para as outras, para que todas continuassem vivas. O modelo occitano, tolerante, ainda a orientava: "A Occitânia, no século XII, tinha se afastado de qualquer briga de ideias. As ideias não entravam em choque, elas circulavam em um meio, de certa forma,

10. Simone Weil, *L'Enracinement*, op. cit., p. 61.

11. Idem.

contínuo. Tal é o clima que convém à inteligência. As ideias não são feitas para lutar."¹²

Claro, o imperialismo, a colonização e a conversão são o contrário da circulação de ideias que Simone Weil desejava. "O modo de propagação de influências" contava: a conquista e a conversão destruíam o que os ideais e os modos de existir podiam ter de bom. "A distância exagerada entre a teoria e a prática" arruinava a mensagem. Como ela escrevia desde que pensava a revolução e a guerra: na política, apenas os meios são reais e têm efeitos no mundo e costumam nos fazer esquecer os fins. É assim que o temporal destrói o espiritual.

(E quanto ao que a França pôde levar às colônias? Por exemplo, em 1906, "dezenas de instrutores para a polícia nativa".)

A RECUSA ÀS CONTRADIÇÕES DO PODER

Uma leitura rápida do fim de "Sobre a questão colonial" pode nos deixar perdidos. Simone Weil demonstra esperança de que a França volte a ser uma grande nação. De que ela recupere uma "projeção espiritual", uma "aptidão [...] para abrir caminhos para o ser humano", para "pensar o destino do mundo".

Mesmo assim, ela toma algumas precauções. Ela não

12. Simone Weil, "L'agonie d'une civilisation vue à travers un poème épique", op. cit., p. 122-123.

assume, não torna isso “um direito divino”. Pensar o destino do mundo não era “decidi-lo porque ela não tem autoridade nenhuma para isso”.

Mas a ideia parece batida demais.

Podemos dizer que Simone Weil indicou, mais uma vez, as contradições existentes.

O poder é o lugar das relações de força, um meio em que as ideias não se encaixam, mas apenas a força pode se opor às forças que destroem as ideias, correndo o risco de perdê-la no caminho.

Os cátaros se deixaram massacrar. A espiritualidade deles foi destruída. Então é necessário entrar em relações de força se quisermos salvar formas de vida desejáveis. Correndo o risco de se perder nisso.

Essa contradição não tem solução. Simone Weil aceitava isso.

Caso o espírito seja ameaçado, “até nova ordem, os princípios não existem mais”.¹³

Mas não era apenas isso. Ela tentou conciliar as contradições. Os meios se opunham aos fins? Ela foi buscar meios em que os fins já estivessem encarnados. Formas de luta que já encarnassem, transmitissem, se referissem ao espírito pelo qual e através do qual todos lutassem.

A fé é mais realista que a política realista. É preciso então examinar e pesar de muito perto, sempre analisando

13. Simone Weil, “Réflexions en vue d'un bilan”, (primavera-verão 1939), *Oeuvres complètes*, t. II, vol. 3, op. cit., p. 113.

*a questão, todos os modos de agir que constituem a resistência ilegal na França. [...] Não podemos ignorar que pode haver espaço para inventar novas formas de agir, levando em conta tanto essas considerações quanto objetivos imediatos (por exemplo, podemos estabelecer imediatamente uma vasta conspiração pela destruição de documentos oficiais relativos ao controle dos indivíduos pelo Estado, destruição que pode ser realizada por procedimentos muito diversos, incêndios etc. Isso teria vantagens imediatas e futuras imensas).*¹⁴

Descolonizar para encontrar novos aliados, enquanto provamos (para nós mesmos) que ninguém está mobilizado por um desejo de dominação: também era um jeito de encarnar o fim nos meios.

Mas as contradições se mantêm.

Como abrir espaço para formas de vida sem vocação para a hegemonia quando uma potência imperialista trabalha para eliminá-las?

O problema surgia tanto em escala francesa quanto internacional. Simone Weil procurava um “método para levar inspiração a um povo”,¹⁵ algo que ela se esforçava por distinguir da coerção exercida pela propaganda política. Era preciso influenciar as almas sem coagi-las, deixando as ideias circularem. Contradição? Ou talvez: substituir a conversão pela atração.

14. Simone Weil, *L'Enracinement*, op. cit., p. 269-270, grifo dela.

15. *Ibid.*, p. 237.

A mesma coisa em escala internacional. Simone Weil esperava que a França exercesse uma influência, mas achava que isso só podia ser feito ao propagar a recusa à dominação, à força, ao poder e à colonização. Mas a “projeção espiritual” não teria nada a ver com a propagação ideológica da fé laica, do cristianismo, do espírito de 1789, que ela criticava duramente. Eles não podiam “ensinar o universo a viver”. Influenciar ao pensar o destino do mundo devia significar aceitar não ser o centro dele ao pensá-lo, aceitar o próprio apagamento em uma outra forma de coexistência. Seria exercer uma influência sem autoridade porque o espírito difundido seria libertador, trabalhar para uma justiça maior, sem ambição.

Se o objetivo era aliar as contradições, a influência e a preocupação com a coexistência, então, realmente, “a primeira condição é se impedir de cristalizar antecipadamente qualquer coisa em qualquer área”. Abrir um caminho, fazer circular as aspirações, deixar os outros fazerem e serem. Proceder não pela conversão, mas pela atração.

Quando Weil fala da influência que ela gostaria que a França exercesse, para entendê-la, é preciso, sem dúvida, voltar à maneira aberta com a qual a Occitânia permitiu que o espírito cátaro se encarnasse e se difundisse.

Até o extermínio.

Talvez Simone Weil apareça aqui em plena confusão entre um registro político e um registro existencial e místico. Mas só o último permite entender o que acontece realmente na política, o que a guerra, a dominação

e colonização fazem. É por isso que, sem dúvidas, “a fé é mais realista que a política realista”.

VALÉRIE GÉRARD é professora de filosofia e doutora em filosofia pela Escola Normal Superior de Paris (ENS-Ulm). Lecionou nas universidades de Lille 3, Strasbourg 2, Paris 1 e também na ENS-Ulm, onde conduziu pesquisa sobre a filosofia moral e política. É autora de inúmeros artigos publicados na França sobre Simone Weil, Hannah Arendt, entre outras pensadoras, e também de livros como *L'Expérience morale hors de soi* (2011). No Brasil, publicou *Obedecer? Rebelar-se?* (2014).

de modo infinito das massas, em um militarismo agudo, em uma estatização de toda a vida social análoga a dos países totalitários. Estas seriam, quase obrigatoriamente, as consequências de uma revolta vitoriosa. Quanto às consequências de uma revolta não vitoriosa, elas seriam atrozes demais para termos vontade de evocá-las. A outra via, sem dúvida menos gloriosa, não derramaria sangue e, como dizia Lawrence da Arábia, aqueles que têm a liberdade por objetivo querem viver para aproveitá-la e não morrer por ela.

O que pode impedir que uma solução tão desejável para o problema colonial se torne realidade é a ignorância que a França tem sobre dados do problema. Ignoramos que a França não é, aos olhos da maioria de seus súditos, a nação democrática justa e generosa que ela é aos olhos de tantos franceses médios e outros. Ignoramos que os anamitas, especialmente, não têm nenhum motivo para preferi-la ao Japão e, na verdade, pelo que se ouve várias pessoas dizendo, não a preferem. Aqui o papel das informações pode ser importante. Contanto que as informações sobre o regime colonial não nos fizessem questionar a generosidade da França, elas poderiam cair na indiferença e, sobretudo, na incredulidade geral. Foi realmente o que aconteceu. Quando nossa segurança correr risco, elas terão a chance de serem levadas a sério. Por mais penoso e humilhante que seja admitir, a opinião de um país, sem nenhuma distinção de classe social, é muito mais sensível ao que ameaça sua segurança do que ao que ofende a justiça.

SOBRE A QUESTÃO COLONIAL E SUA RELAÇÃO COM O DESTINO DO POVO FRANCÊS¹

O problema de uma doutrina ou de uma fé para inspirar o povo francês na França, em sua resistência atual e na construção futura, não pode ser separado do problema da colonização. Uma doutrina não se encerra no interior de um território. O mesmo espírito se exprime nas relações de um povo com aqueles que o dominaram pela força, nas relações de um povo com ele mesmo e nas relações daqueles que dependem dele.

Sobre a política interior da França, ninguém será louco a ponto de proclamar que a Terceira República vai ressuscitar completamente tal como era em 3 de setembro de 1939. Estamos falando só de um regime conformado às tradições da França, ou seja, principalmente à inspiração que fez a França da Idade Média ter papel tão importante na Europa e à inspiração da Revolução Francesa. É, aliás, a mesma, no geral, traduzida da linguagem católica para a laica.

1. Escrito em Londres para a *France Libre*.

Se esse critério é mesmo válido para a França, se ele é real, não deve haver outro para as colônias.

Isso supõe não uma manutenção, mas uma suspensão do *status quo* até que o problema colonial seja repensado, ou melhor pensado. Porque nunca houve uma doutrina colonial na França. Não podia haver. Houve práticas coloniais.

Para pensar esse problema, devemos superar três tentações. A primeira é o patriotismo, que tende a preferir seu país à justiça ou a admitir que nunca houve a possibilidade de escolher entre um e outro. Se há na pátria algo de sagrado, devemos reconhecer que existem povos que nós privamos de sua pátria. Se não há nada parecido, não devemos levar em conta nosso país quando uma questão de justiça surge.

A segunda tentação é o recurso às jurisdições. As jurisdições, nesse caso, são as coloniais. Elas são parte do problema. Na verdade, se o problema fosse explicado a fundo, elas poderiam ser acusadas. O julgamento delas não é imparcial. Aliás, se eles deixaram a França pelas colônias, foi, em muitos casos, porque o avanço do sistema colonial lhes atraía. Então, depois de chegar, a situação deles fez com que se transformassem. A linguagem dos nativos mais revoltados é uma prova menos avassaladora para a colonização do que a de muitos colonos.

Os nativos que vêm para a França preferem se relacionar, sempre que podem, com franceses da França do que das colônias. Essa qualidade não é apreciada por eles. Mas, na verdade, nós sempre responsabilizamos os

colonos. O prestígio das jurisdições é tamanho na França que, quando os nativos se arriscam a dar queixa contra um ato de opressão, muitas vezes essa queixa, de escritório e escritório, volta à pessoa contra quem foi dada e ela se vinga. Temos tendência a fazer a mesma operação em grande escala.

Não apenas essa jurisdição é viciada, mas ela também é muito fragmentária. Ela é fragmentária em termos de espaço, já que muitos conhecem um pedaço do império e o generalizam. Mas ela o é sobretudo em termos de tempo. Com exceção do Marrocos, onde certos franceses realmente se apaixonaram pela cultura árabe – e esse meio, diga-se de passagem, começa a constituir uma fonte de renovação para a cultura francesa –, os franceses coloniais não costumam ter curiosidade pela história dos países em que eles estão. Seria porque a administração francesa não faz nada para tornar tal estudo possível.

Como fingir que entendemos tão pouco do que um povo seja quando esquecemos que ele tem um passado? Nós, franceses, não buscamos nossa inspiração no passado da França? Será que achamos que ela é a única a ter um?

A terceira tentação é a cristã. Como a colonização é um meio favorável para as missões, os cristãos ficam tentados a amá-la por esse motivo, mesmo quando reconhecessem suas taras.

Mas, sem discutir a questão – que, no entanto, mereceria uma análise – de saber se um hindu, um budista, um muçulmano ou um dos que têm nomes pagãos não tem, na própria tradição, um caminho para a espiritualidade

como propõem as igrejas cristãs, sabemos que Cristo nunca disse que os navios de guerra devem acompanhar, mesmo que de longe, aqueles que anunciam a Boa Nova. A presença deles muda o caráter da mensagem. O sangue dos mártires dificilmente pode conservar a eficácia sobrenatural que lhe atribuímos quando ele é vingado por armas. Queremos ter mais trunfos nesse jogo do que é permitido ao homem quando tentamos ter tanto César quanto a Cruz.

Os laicos mais fervorosos, os maçons, os ateus amam a colonização por um motivo diametralmente oposto, mas mais bem fundado nos fatos. Eles a amam como uma extirpadora de religiões, o que ela realmente é. A quantidade de pessoas que ela fez perder a religião é muito maior do que o de pessoas a quem ela leva outra. Mas quem conta com ela para espalhar o que chamamos de fé laica também se engana. A colonização francesa leva também, por um lado, uma influência cristã e, por outro, uma influência das ideias de 1789. Mas as duas influências são relativamente fracas e passageiras. Não pode ser diferente, dado o modo de propagação dessas influências e a distância exagerada entre a teoria e a prática. A influência forte e duradoura segue mais no sentido da incredulidade, ou mais exatamente do ceticismo.

O mais grave é que, como o alcoolismo, a tuberculose e algumas outras doenças, o veneno do ceticismo é muito mais virulento em um terreno antes não atingido. Nós infelizmente não acreditamos em muita coisa. Fabricamos, através do contato conosco, um tipo de homem

que não acredita em nada. Se isso continuar, um dia, sofreremos o contragolpe com uma brutalidade – da qual o Japão vem nos dando apenas um gostinho.

Não podemos dizer que a colonização faça parte da tradição francesa. É um processo que foi realizado longe da vida do povo francês. A expedição da Argélia foi, de um lado, uma questão de prestígio dinástico, de outro, uma medida de policiamento mediterrâneo. Como acontece muito, a defesa se transformou em conquista. Mais tarde, a aquisição da Tunísia e do Marrocos foi, como dizia um dos que tomaram grande parte da segunda, sobretudo um reflexo de camponês, que amplia seu pedaço de terra. A conquista da Indochina foi uma reação de vingança contra a humilhação de 1870. Por não termos conseguido resistir aos alemães, como compensação, fomos privar de sua pátria, aproveitando-nos de problemas passageiros, um povo de civilização milenar, pacífico e bem organizado. Mas o governo de Jules Ferry realizou esse ato abusando de seus poderes e desafiando abertamente a opinião pública francesa. Outras partes da conquista foram executadas por oficiais ambiciosos e diletantes que desobedeciam às ordens formais de seus chefes.

As ilhas da Oceania foram tomadas por acaso durante a navegação, por iniciativa de tal ou qual oficial, e entregues a um punhado de policiais, missionários e comerciantes, sem que o país tenha se interessado por elas.

Não é só que a colonização na África negra tenha provocado o interesse público. Ela também era a mais justificável, dado o estado desse continente infeliz, do

qual praticamente ignoramos a história, mas onde os brancos causaram toda a devastação possível há quatro séculos, com as armas de fogo e o comércio de escravos. Isso não impede que haja um problema não resolvido na África negra.

Não podemos dizer que o *status quo* seja uma resposta aos problemas do Império Francês. E há uma outra coisa que não podemos falar nem pensar; que o problema concerne apenas ao povo francês. Isso seria tão legítimo quanto a pretensão análoga de Hitler sobre a Europa Central. O problema concerne, além do povo francês, a todo o mundo e, sobretudo, às populações submetidas a ele.

A força sobre a qual repousa um império colonial é uma frota de guerra. A França perdeu quase toda a sua. Não podemos dizer que ela a sacrificou; ela a perdeu de verdade para o inimigo, que a teria tomado se ela não tivesse destruído. Com isso, a França dependerá, depois da vitória, para as suas relações com o império, dos países que têm uma frota. Como esses países não teriam voz em todos os grandes problemas do império? Se é a força que decide, a França perdeu a sua; se é o direito, a França nunca teve o de dispor o destino das populações não francesas. Em nenhum sentido, nem por direito nem de fato, podemos dizer que os territórios habitados por essas populações são propriedade da França.

O maior erro que a França livre poderia cometer seria querer, no caso, manter essa pretensão de domínio absoluto diante dos Estados Unidos. Não pode haver nada de pior que uma atitude radicalmente oposta tanto ao ideal

quanto à realidade. Uma atitude que seja oposta a um dos dois e conforme o outro já tem grandes inconvenientes, mas a outra tem todos.

É preciso olhar para o problema colonial como algo novo. Duas ideias essenciais podem lançar luz sobre isso.

A primeira ideia é a de que o hitlerismo é a aplicação dos métodos de conquista e dominação coloniais pela Alemanha no continente europeu e, de maneira mais genérica, aos países de raça branca. Os tchecos lembraram primeiro essa analogia quando, ao protestar contra o protetorado da Boêmia, disseram: "Nenhum povo nunca foi submetido a um regime como este." Se examinarmos com cuidado os procedimentos das conquistas coloniais, a analogia com os procedimentos hitleristas é evidente. Podemos encontrar um exemplo nas cartas escritas por Lyautey de Madagascar. O excesso de horror que, há algum tempo, parece distinguir a dominação hitlerista de todas as outras talvez possa ser explicado pelo medo da derrota. Ele não deve deixar ninguém esquecer a analogia essencial entre procedimentos – aliás, ambos vieram do modelo romano.

Essa analogia dá uma resposta pronta para todos os argumentos a favor do sistema colonial. Porque todos esses argumentos, os bons, os menos bons e os ruins, são usados pela Alemanha, com o mesmo grau de legitimidade, nas propagandas sobre a unificação da Europa.

O mal que a Alemanha teria feito à Europa se a Inglaterra não tivesse impedido a vitória alemã é o mal que a colonização causou, o desenraizamento. Ela teria privado

os países conquistados de seu passado. A perda do passado é a queda na servidão colonial.

Esse mal que a Alemanha tentou em vão nos fazer, nós fizemos aos outros. Por nossa culpa, pequenos polinésios recitam na escola: "Nossos ancestrais, gauleses, tinham cabelos louros, olhos azuis..." Alain Gerbault descreveu em livros que foram muito lidos, mas não tiveram influência nenhuma, como estamos fazendo essas populações morrerem literalmente de tristeza ao proibir seus costumes, suas tradições, suas festas, toda sua alegria de viver.

Por nossa culpa, os estudantes e intelectuais anamitas não podem, a não ser em raras exceções, entrar na biblioteca que contém todos os documentos relativos à história de seu país. A ideia que eles têm de sua pátria antes da conquista vem de seus pais. Essa ideia é, certa ou errado, a de um Estado pacífico, bem administrado, em que o excesso de arroz era mantido em depósitos para ser distribuído em tempos de fome, ao contrário da prática mais recente de exportar o arroz do sul quando a fome mata a população do norte. A máquina do Estado repousava totalmente nos concursos, dos quais todas as classes sociais podiam participar. Bastava a pessoa ter estudado, e era possível mesmo que ela não tivesse fortuna e fosse de um vilarejo distante. Os candidatos se reuniam em uma pradaria e, durante três dias, compunham uma redação sobre um tema específico, normalmente tirado da filosofia chinesa clássica. Os concursos tinham graus de dificuldade diferentes e as pessoas faziam um

de cada vez. Cada concurso criava o ambiente no qual eram escolhidos os funcionários públicos da "dignidade" correspondente e o concurso de nível mais alto era o da "dignidade" de primeiro-ministro. O imperador não tinha liberdade para escolher um primeiro-ministro em outro lugar. Havia um nível muito alto de descentralização na administração e na cultura. Mesmo hoje ainda há vestígios disso em alguns vilarejos do norte de Tonkin, onde os camponeses conhecem os caracteres chineses e improvisam poesias durante grandes festas.

Essa imagem pode ter sido embelezada, mas é preciso confessar que ela corresponde à impressão que nos passam certas cartas de missionários do século XVII. Seja como for, seja isso tudo uma lenda, esse passado é o passado desse povo e ele não saberia se inspirar em outro. Ele já está quase totalmente desenraizado, mas não inteiramente. Se, depois que os japoneses forem expulsos, ele voltar a ser dominado por europeus, o mal não terá conserto.

Mesmo com o pouco alívio que deve acompanhar a partida dos japoneses, uma continuação do domínio francês sem dúvida não seria visto sem horror por causa das atrocidades que, de acordo com testemunhas concordantes, foram cometidas pelos franceses para reprimir uma rebelião na época do acordo franco-japonês. Segundo um desses testemunhos, os vilarejos teriam sido enfraquecidos por bombardeios, e milhares de pessoas, acusadas de serem familiares de rebeldes, postas em pontões e afogadas. Tenham essas atrocidades acontecido mesmo e sido

cometidas por homens de Vichy ou não, a população anamita não fará essa distinção.

Ao privar os povos de sua tradição, de seu passado e, por isso, de sua alma, a colonização os reduz ao estado de matéria humana. As populações dos países ocupados são exatamente isso aos olhos dos alemães. Mas não podemos negar que a maioria dos colonos não tem a mesma atitude em relação aos nativos. O trabalho forçado matou muitas pessoas na África negra francesa e o método de deportação massiva foi praticado nela para povoar o sul do rio Níger. Na Indochina, o trabalho forçado existe nas plantações sob disfarces transparentes; os fugitivos são levados à polícia e, às vezes, como castigo, expostos a formigas-de-fogo. Um francês, engenheiro em uma das plantações, dizia sobre as chicotadas, a punição mais comum: "Mesmo que tentemos ser bonzinhos, é o melhor procedimento porque, como eles estão no limite extremo do cansaço e da fome, qualquer outra punição seria mais cruel." Um cambojano, empregado doméstico de um policial francês, dizia: "Eu queria ser o cachorro do policial. Ele recebia comida e não apanhava."

Em nossa luta contra a Alemanha, podemos ter duas atitudes. Seja qual for a necessidade da união, é preciso escolher entre elas, tornar a escolha pública e expressá-la através de nossos gestos. Podemos lamentar que a Alemanha tenha conseguido fazer o que gostaríamos de ter visto a França fazer. É assim que alguns jovens franceses dizem que apoiam o general De Gaulle pelos mesmos motivos que os fariam apoiar Hitler, se eles fossem

alemães. Ou podemos ter horror não pela pessoa nem pela nacionalidade, mas pelo espírito, pelos métodos, pelas ambições do inimigo. Hoje não podemos fazer nada além da segunda opção. Senão, é inútil falar da Revolução Francesa ou do cristianismo. Se fizermos essa escolha, será preciso mostrá-la através de todas as nossas atitudes.

Lutar contra os alemães não é prova suficiente de que amamos a liberdade. Porque os alemães não nos tiraram apenas a liberdade. Eles também nos tiraram a potência, o prestígio, o tabaco, o vinho e o pão. Motivos diversos sustentam nossa luta. A prova decisiva seria favorecer qualquer acordo que garantisse pelo menos uma liberdade parcial àqueles de quem a tiramos. Assim poderíamos convencer não apenas os outros, mas nós mesmos, de que somos realmente inspirados por um ideal.

A analogia entre o hitlerismo e a expansão colonial, ao nos ditar do ponto de vista moral a atitude a tomar, também traz a solução prática menos pior. A experiência dos últimos anos mostra que uma Europa formada por nações pequenas e grandes, todas soberanas, é impossível. A nacionalidade é um fenômeno indeciso em grande parte do território europeu. Mesmo em um país como a França, a unidade nacional sofreu um choque muito forte. Bretões, lorenos, parisienses e provençais têm uma consciência muito mais forte do que antes da guerra de que são diferentes uns dos outros. Apesar de muitos inconvenientes, isso está longe de ser um mal. Na Alemanha, os vencedores se esforçarão para enfraquecer ao máximo o sentimento de uma unidade nacional. Provavelmente,

parte da vida social na Europa será dividida em uma escala muito menor do que a escala nacional; outra parte será unificada em uma escala muito maior. A nação será apenas um aspecto da vida coletiva, um lugar onde será possível ser praticamente tudo, como durante os últimos vinte anos. Para os países fracos, mas com uma tradição longa acompanhada de uma forte consciência, como a Boêmia, a Holanda e os países escandinavos, será necessário elaborar um sistema de independência combinado a uma proteção militar externa. Esse sistema pode ser aplicado do mesmo modo em outros continentes. É óbvio que, nesse caso, a Indochina, ficaria, como sempre esteve, na órbita da China. A parte árabe da África poderia retomar uma vida própria sem perder toda a ligação com a França. Quanto à África negra, me parece razoável que, para os problemas gerais, toda ela dependa de toda a Europa e que, para o resto, ela retome uma vida feliz, vilarejo a vilarejo.

A segunda ideia que pode esclarecer o problema colonial é que a Europa está situada com um tipo de média proporcional entre a América e o Oriente. Nós sabemos muito bem que, depois da guerra, a americanização da Europa é um risco muito alto e sabemos muito bem o que perderemos se ela acontecer. E o que perderemos é a parte de nós mesmos que é próxima do Oriente.

Vemos os orientais, de uma maneira muito errada, como primitivos e selvagens, e dizemos isso a eles. Os orientais nos veem, não sem motivos, como bárbaros, mas não falam nada. Do mesmo modo, tendemos a ver

os Estados Unidos como um lugar sem uma verdadeira civilização, e os americanos tendem a acreditar que somos primitivos.

Se um americano, um inglês e um hindu estiverem juntos, os dois primeiros terão em comum o que chamamos de cultura ocidental, ou seja, certa participação em um clima intelectual composta pela ciência, pela técnica e pelos princípios democráticos. Tudo isso é estranho ao hindu. Por outro lado, o inglês e ele têm em comum algo do qual o americano é privado. Esse algo é um passado. Os passados deles são diferentes, claro. Mas muito menos do que imaginamos. O passado da Inglaterra é o cristianismo e, antes disso, um sistema de crenças provavelmente próximo do helenismo. O pensamento hindu é muito próximo dos dois.

Nós, outros europeus em luta contra a Alemanha, hoje falamos muito de nosso passado. É que ficamos angustiados com a possibilidade de perdê-lo. A Alemanha quer arrancá-lo de nós; a influência americana o ameaça. Nós queremos voltar a nos enraizar. E temos muito pouca consciência disso, mas nosso passado vem, em grande parte, do Oriente.

Tornou-se um lugar-comum dizer que nossa civilização, por ser de origem greco-latina, se opõe ao Oriente. Como muitos lugares-comuns, isso é um erro. O termo greco-latino não quer dizer nada de preciso. A origem da nossa civilização é grega. Só recebemos dos latinos a noção de Estado e o uso que fazemos dela nos faz pensar que foi uma herança ruim. Dizemos que inventamos o

espírito jurídico, mas a única coisa certa nesse assunto é que o sistema jurídico deles foi o único que se manteve. Desde que conhecemos um código babilônico de quatro mil anos, não podemos mais acreditar que eles tivessem monopólio sobre isso. Em todos os outros domínios, a contribuição criativa deles foi nula.

Quanto aos gregos, fonte autêntica de nossa cultura, eles haviam recebido o que nos transmitiram. Até que o orgulho dos sucessos militares o tivesse tornado imperialistas, eles confessavam isso abertamente. Heródoto é o mais claro possível nesse assunto. Havia, antes de tempos históricos, uma civilização mediterrânea cuja inspiração vinha, antes de tudo, do Egito e, em segundo lugar, dos fenícios. Os helenos chegaram às margens do Mediterrâneo como um povo de conquistadores nômades quase sem cultura própria. Eles impuseram sua língua, mas receberam a cultura do país conquistado. A cultura grega foi formada por essa assimilação dos helenos ou pela persistência das populações anteriores, não helênicas. A guerra de Troia foi uma guerra em que um dos dois campos representava a civilização e esse campo era Troia. Sentimos pelo tom da *Ilíada* que o poeta sabia disso. A Grécia, em seu conjunto, sempre teve uma atitude de respeito filial em relação ao Egito.

A origem oriental do Cristianismo é evidente. Tenhamos nós, em relação ao Cristianismo, uma atitude de crença ou agnóstica, nos dois casos, é certo que, como fato histórico, ele foi preparado pelos séculos anteriores. Além da Judeia, que é uma região do Oriente, as

correntes de pensamento que contribuíram para ele vinham do Egito, da Pérsia, talvez da Índia e, sobretudo, da Grécia, mas da parte do pensamento grego diretamente inspirada pelo Egito e pela Fenícia.

Quanto à Idade Média, os momentos brilhantes dela foram os instantes em que a cultura ocidental voltou a fecundar a Europa, através dos árabes e também por outras vias misteriosas, já que houve uma infiltração das tradições persas. O Renascimento também foi, em parte, causado pelo contato estimulante com Bizâncio.

Em outros momentos da História, certas influências orientais puderam ser fatores de decomposição. Foi o caso de Roma; é o caso da atualidade. Mas, nos dois casos, é um pseudo-orientalismo fabricado por e para esnobes e não pelo contato com civilizações orientais autênticas.

Resumindo, parece que a Europa precisa de contatos reais periódicos com o Oriente para se manter espiritualmente viva. É certo que existe na Europa algo que se opõe ao espírito do Oriente, algo de especificamente ocidental. Mas esse algo se encontra em estado puro e à segunda potência nos Estados Unidos e ameaça nos devorar.

A civilização europeia é uma combinação do espírito do Oriente com seu contrário, combinação na qual o espírito do Oriente deve entrar em uma proporção bastante considerável. Essa proporção está longe de ser realizada hoje. Nós precisamos de uma injeção de espírito oriental.

A Europa talvez não tenha outros meios de evitar ser decomposta pela influência americana a não ser um novo contato, verdadeiro e profundo, com o Oriente. Hoje, se

reunirmos um americano, um inglês e um hindu, o americano e o inglês vão fraternizar abertamente, um se vendo como muito superior ao outro, e deixarão o hindu sozinho. A aparição progressiva de uma atmosfera em que os reflexos sejam diferentes talvez seja, espiritualmente, uma questão de vida ou morte para a Europa.

Bem, a colonização, longe de ser uma ocasião de contato com civilizações orientais, como foi o caso das Cruzadas, impede esse contato. O meio muito restrito e muito interessante dos arabistas franceses talvez seja a única exceção. Para os ingleses que moram na Índia, para os franceses que moram na Indochina, o ambiente humano é constituído pelos brancos. Os nativos fazem parte da paisagem.

Pelo menos os ingleses têm uma posição coerente. Eles fazem negócios e só. Os franceses, queiram eles ou não, levam os princípios de 1789 para todos os cantos. Com isso, apenas duas coisas podem acontecer. Ou os nativos se sentem chocados com o apego às próprias tradições desses novos estrangeiros, ou eles adotam sinceramente esses princípios e ficam revoltados por não terem esse privilégio. Por mais estranho que isso possa parecer, as duas reações hostis costumam ser demonstradas pelos mesmos indivíduos.

Seria muito diferente se o contato dos europeus com a Ásia, a África e a Oceania fosse feito com base em trocas de cultura. Sentimos nesses últimos anos, no fundo da alma, que a civilização moderna, incluindo nossa concepção de democracia, é insuficiente. A Europa sofre

com várias doenças tão graves que nem nos arriscamos a pensar nisso. Uma é o movimento sempre crescente do campo para as cidades e das profissões artesanais para os trabalhos não manuais, que ameaçam a base física da existência social. Outra é o desemprego. Outra é a destruição voluntária de produtos de primeira necessidade, como o trigo. Outra ainda é a agitação perpétua e a necessidade constante de distrações. Outra é a doença periódica da guerra mundial. A tudo isso, hoje se acrescenta o costume crescente com uma crueldade tanto massiva quanto refinada, com o manejo mais brutal da matéria humana. Com tudo isso, não podemos mais dizer nem pensar que recebemos do Céu a missão de ensinar o universo a viver.

Apesar de tudo isso, sem dúvida temos certas lições a ensinar. Mas temos muitas a aprender com formas de vida que, por mais imperfeitas que sejam, têm, pelo menos, em seu passado milenar a prova de sua estabilidade. Nós as acusamos de serem imóveis. Na verdade, elas são todas decadentes provavelmente há muito tempo. Mas estão caindo lentamente.

O infortúnio suscitou em nós, franceses, uma aspiração muito viva em relação ao nosso passado. Quem fala da tradição republicana da França não pensa na Terceira República, e sim em 1789 e nos movimentos sociais do início do século passado. Quem fala de sua tradição cristã não pensa na monarquia, mas na Idade Média. Muitos falam dos dois e podem fazer isso sem se contradizer. Esse passado é nosso, mas tem o inconveniente de ser passado. Ele

está ausente. As civilizações milenares do Oriente, apesar de grandes diferenças, são muito mais próximas da nossa Idade Média do que nós mesmos. Ao nos reaquecer com a projeção dupla de nosso passado e das coisas atuais que formam uma imagem transporta dele, podemos encontrar a força para preparar um futuro para nós.

Disso depende o destino da raça humana. Pois, mesmo que a hitlerização da Europa estivesse preparando sem dúvida a hitlerização do globo terrestre – realizada pelos alemães ou por seus imitadores, os japoneses –, do mesmo modo, uma americanização da Europa vai preparar sem dúvida uma americanização do globo terrestre. O segundo mal é menor que o primeiro, mas vem imediatamente depois dele. Nos dois casos, toda a humanidade perderia seu passado. E o passado é uma coisa que, depois de realmente perdida, nunca mais pode ser reencontrada. O homem, através de seus esforços, constrói, em parte, seu futuro, mas ele não pode fabricar um passado. Ele só pode conservá-lo.

Os enciclopedistas achavam que a humanidade não tinha interesse nenhum em conservar seu passado. Instruídos por uma experiência cruel, estamos voltando a essa crença. Mas não nos questionamos em termos claros o bastante para analisarmos bem a pergunta.

A base dessa questão é simples. Se as faculdades puramente humanas do homem bastam, não existe problema nenhum em limpar todo o passado e em contar com os recursos da vontade e da inteligência para vencer qualquer tipo de obstáculo. Foi nisso que acreditamos e

é nisso que, no fundo, ninguém mais acredita, com exceção dos americanos, porque eles ainda não foram abalados pelo choque do infortúnio.

Se o homem precisa de socorro externo e se admitirmos que esse socorro é de ordem espiritual, o passado é indispensável porque ele é o depósito de todos os tesouros espirituais. Sem dúvida, a ação da graça, no mínimo, põe o homem em contato direto com outro mundo. Mas a difusão dos tesouros espirituais do passado pode apenas levar uma alma ao estado que é a condição necessária para que a graça seja recebida. É por isso que não há religião sem tradição religiosa, e isso é verdade mesmo quando uma nova religião acaba de aparecer.

A perda do passado equivale à perda do sobrenatural. Mesmo que nenhuma das duas perdas tenha se consumado na Europa ainda, ambas estão avançadas o bastante para podermos constatar experimentalmente essa correspondência.

Os americanos só têm o nosso passado; eles o guardam, através de nós, por fios extremamente tênues. Apesar de não quererem, a influência deles vai nos invadir e, se não encontrar obstáculos suficientes, lhes tirará o pouco de passado que têm, se é que podemos dizer isso, ao mesmo tempo em que nos privará do nosso. Por outro lado, o Oriente se agarrou de maneira obstinada a seu passado até que nossa influência, um pouco pelo prestígio do dinheiro, um pouco pelo das armas, tivesse vindo desenraizá-lo um pouco. Mas ainda é apenas um pouco. No entanto, o exemplo dos japoneses mostra que, quando

orientais decidem adotar nossas taras, acrescentando-as às próprias, elas são elevadas à segunda potência.

Nós, os europeus, estamos no meio. Somos o eixo. Todo o destino dos humanos depende sem dúvida de nós, por um período provavelmente muito breve. Se deixarmos essa chance escapar, provavelmente logo cairemos não apenas na impotência, mas no vazio. Se, ainda mantendo um olhar voltado para o futuro, tentarmos entrar em contato com nosso próprio passado milenar, se nesse esforço buscarmos um estímulo em uma amizade real, baseada no respeito, com tudo que ainda é enraizado no Oriente, talvez possamos preservar o passado de uma aniquilação quase total e, ao mesmo tempo, a vocação espiritual do ser humano.

A aventura do padre De Foucauld² levado à fé, e com isso ao Cristo, por um tipo de emulação diante do espetáculo da fé árabe, seria assim um símbolo do nosso próximo renascimento.

Para isso, é preciso que as populações consideradas “de cor”, mesmo que primitivas, deixem de ser populações submetidas. Mas, do ponto de vista esboçado aqui, fazer delas nações à la Europa, democráticas ou não, não seria melhor; seria, aliás, uma loucura, tanto nos casos em que isso fosse possível quanto nos que não fosse. Existem nações demais no mundo.

2. N. do E.: Charles de Foucauld (1858-1916) foi um oficial das Forças Armadas da França, depois explorador e geógrafo e, por fim, religioso católico e eremita, que viveu na Argélia. Foi beatificado em 2005.

Há somente uma solução: achar para a palavra “proteção” um significado que não seja uma mentira. Até aqui, essa palavra só foi usada para mentir. E, apesar de muito desacreditada, podemos encontrar um sinônimo para ela. O essencial é achar uma combinação através da qual as populações não constituídas em nações, e sob alguns aspectos dependentes de certos Estados organizados, sejam independentes o bastante em outros aspectos para poderem se sentir livres. Pois a liberdade, assim como a felicidade, é definida sobretudo pela sensação de que a temos. Essa sensação não pode ser sugerida pela propaganda nem imposta pela autoridade. Podemos apenas, e com muita facilidade, forçar as pessoas a expressá-la sem senti-la. É isso que torna a diferenciação muito difícil. O critério é uma certa intensidade de vida moral sempre ligada à liberdade.

Existem dois fatores favoráveis para a solução desse problema. O primeiro é que ele também surgirá para as populações enfraquecidas da Europa. Isso pode nos fazer imaginar que ele será muito estudado. O que podemos estabelecer como princípio a partir de agora é que, por exemplo, a pátria anamita e a pátria tcheca ou norueguesa merecem a mesma quantidade de respeito.

O outro fator favorável é que os Estados Unidos, por não terem colônias, logo, não terem preconceitos coloniais, e por aplicarem de maneira inocente seus critérios democráticos a tudo que não é da conta deles, consideraram o sistema colonial sem simpatia. Eles estão, sem dúvida, a ponto de abalar seriamente a Europa entorpecida em sua rotina. Ao tomar o partido das populações

submetidas por nós, eles nos dão, sem perceber, o melhor socorro para resistir à influência deles no futuro próximo. Eles não entendem, mas desastroso seria se nós também não entendêssemos.

Enquanto a guerra durar, todos os territórios do mundo são, sobretudo, terrenos estratégicos e devem ser tratados como tal. Isso implica na dupla obrigação de não dizer nada que cause mudanças imediatas e também não privar de qualquer esperança de mudança milhões de seres infelizes que a infelicidade pode empurrar para o lado do inimigo. Aliás, é essa preocupação dupla que também decide sobre nossa orientação em relação aos problemas sociais na França.

Mas, deixando de lado qualquer consideração estratégica, do ponto de vista político, seria desastroso tomar uma posição pública que cristalice o *status quo ante*. Talvez a desconfiança dos americanos em relação a nós, quando não vem dos motivos errados, venha desse medo legítimo de uma cristalização que, ao impedir os problemas urgentes de se mostrarem, priva-nos de qualquer esperança de resolvê-los até que nova catástrofe mundial os reabra.

Em termos políticos e sociais, nossa posição oficial consiste em estarmos disponíveis para tudo que seja justo, possível e concorde com a vontade do povo francês. Essa posição só pode ser mantida se for usada para todos os problemas, sem exceção, desde que, em todos os problemas relativos às relações com populações não francesas, sejam quais forem elas, a vontade do povo francês

seja composta com a vontade dessas populações, em uma concessão equilibrada, e com a das grandes nações que, depois de terem vencido, terão basicamente a responsabilidade sobre a ordem no mundo.

Até recentemente, a França foi uma grande nação. Ela não é nesse momento. Mas vai voltar a ser rapidamente se for capaz de fazer o necessário em relação a isso rapidamente. É natural que todos tenhamos esperança. Mas ela não é um direito divino. Não existe mais uma hierarquia do direito divino em termos internacionais nem em termos políticos. O reconhecimento dessa verdade é compatível com o patriotismo mais intenso possível.

A antiga grandeza da França veio sobretudo de sua influência espiritual e da aptidão que ela parecia ter para abrir caminhos para os seres humanos.

Talvez ela possa recuperar algo disso, mesmo antes de ter recuperado alguma força, mesmo antes da libertação do território.

Prostrada, no chão, ainda um pouco atordoada, talvez ela possa mesmo assim tentar começar de novo a pensar no destino do mundo. Não a decidi-lo, pois ela não tem nenhuma autoridade para isso. A pensá-lo, o que é totalmente diferente.

Talvez seja o melhor estimulante, o melhor caminho para recuperar o respeito por si mesmo.

A primeira condição é não cristalizar absolutamente nada em nenhuma área.